



20 de fevereiro de 2024

RENDIMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA – POBREZA, TRABALHO E EDUCAÇÃO
2023

O RISCO DE POBREZA DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA FOI CINCO VEZES O DA POPULAÇÃO EMPREGADA

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) é atualmente constituído por um conjunto de dados que são recolhidos anualmente, e por um sistema que conjuga módulos que recolhem informação complementar pré-definida com periodicidade regular e módulos *ad hoc* sobre novas necessidades de informação. Os resultados apresentados neste destaque incluem dados da componente anual e do módulo sobre “Mercado de trabalho e habitação” realizado em 2023¹ (a repetir a cada 3 anos), o que permite a análise do risco de pobreza e da desigualdade de rendimento contextualizada pela relação dos indivíduos com 18 e mais anos de idade – que constituem a população de referência nesta análise – com o mercado de trabalho e com a escolaridade.

De acordo com esses resultados, 17,0% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2022². A taxa de risco de pobreza para a população desempregada ascendeu, em 2022, a 46,7%, significativamente superior à da população empregada, que foi de 10,0%. Para a população reformada, a taxa de risco de pobreza situou-se nos 15,4% e para as restantes pessoas inativas foi de 31,2%. Em relação a 2021, a taxa de risco de pobreza apenas diminuiu para a população empregada, tendo aumentado para a população desempregada e inativa. É também na população desempregada que a intensidade da pobreza e a desigualdade na distribuição do rendimento são mais elevadas. Entre a população empregada, os dados revelam que a pobreza é menor para os indivíduos empregados no setor público e para os indivíduos muito satisfeitos com o emprego.

Os dados agora divulgados revelam uma relação positiva entre a escolaridade e a redução da pobreza: enquanto 22,6% da população que tinha concluído, no máximo, o ensino básico era pobre, o risco de pobreza foi de apenas 13,5% entre a população que tinha terminado o ensino secundário ou pós-secundário e 5,8% entre a que tinha concluído o ensino superior. Em relação ao ano anterior, destaca-se o aumento da taxa de pobreza das pessoas que concluíram, no máximo, o ensino básico.

O risco de pobreza da população desempregada foi cinco vezes o da população empregada

Os resultados do ICOR permitem a análise do risco de pobreza contextualizada pela relação dos indivíduos com 18 e mais anos com o mercado de trabalho. Considerando que o limiar de pobreza correspondeu, em 2022, a

¹ A realização do módulo do ICOR sobre “Mercado de trabalho e habitação” em 2023 foi cofinanciada pela União Europeia.

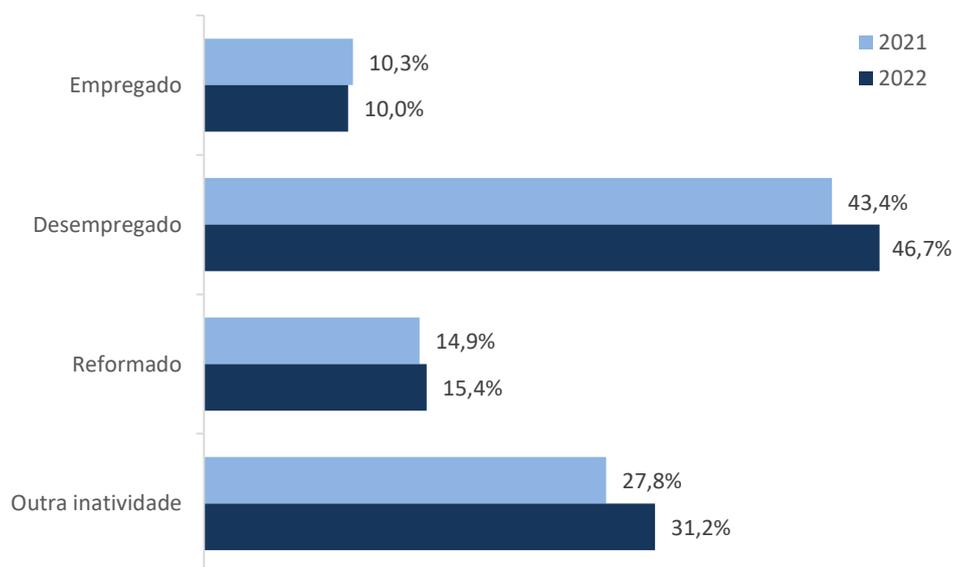
² Esta [informação](#) foi divulgada em 27 de novembro de 2023, no Destaque com os primeiros resultados do ICOR 2023.



7 095 euros, a taxa de risco de pobreza para a população desempregada ascendeu a 46,7%, que compara com 10,0% da população empregada. A taxa de risco de pobreza foi de 15,4% para a população reformada e de 31,2% para as restantes pessoas inativas.

O risco de pobreza para a população desempregada aumentou em relação a 2021 (mais 3,3 pontos percentuais, p.p.), retomando a ordem de valores de 2020 (46,5%). Pelo contrário, a taxa de risco de pobreza para a população empregada diminuiu relativamente a 2021, confirmando o sentido decrescente observado no ano anterior (menos 0,9 p.p. em 2021 e menos 0,3 p.p. em 2022). A pobreza relativa da população na condição de inatividade aumentou entre 2021 e 2022: mais 0,5 p.p. entre as pessoas reformadas e mais 3,4 p.p. para outras situações de inatividade (Figura 1).

Figura 1. Taxa de risco de pobreza segundo a condição perante o trabalho, Portugal, 2021-2022



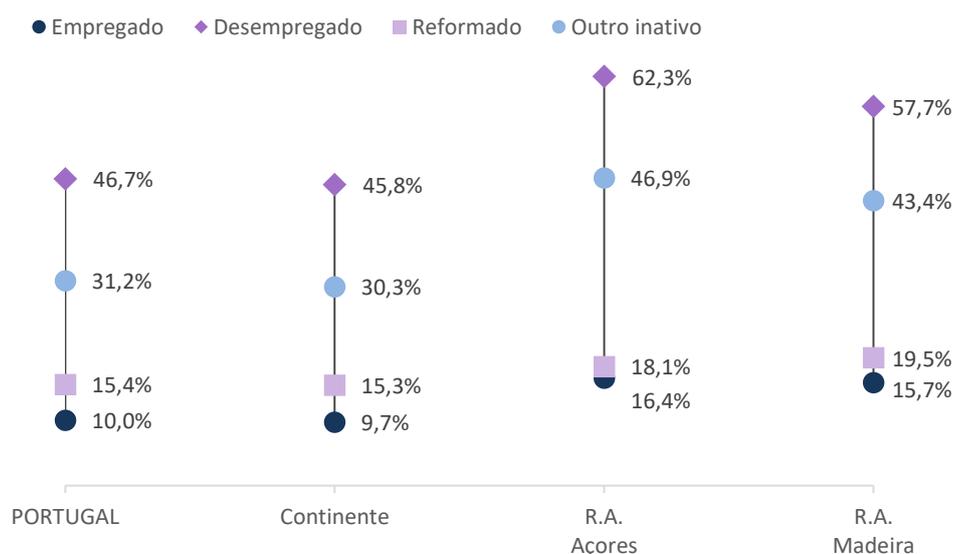
Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2022-2023.

O risco de pobreza mais elevado entre a população desempregada em comparação com a população empregada foi comum às três regiões NUTS I portuguesas (Continente, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira), sendo a distância maior nas Regiões Autónomas do que no Continente. A Figura 2 destaca as Regiões Autónomas pelo maior risco de pobreza entre a população empregada, mas sobretudo entre a população desempregada, na medida em que, em ambas as regiões, mais de metade das pessoas nesta condição era pobre.

Quer no Continente, quer nas Regiões Autónomas, a pobreza relativa da população reformada aproximou-se mais da respeitante à população empregada do que da correspondente à população desempregada, sugerindo o contributo do sistema de proteção social para o nivelamento dos rendimentos. Pelo contrário, o risco de pobreza

das pessoas noutra condição de inatividade, que não a reforma, foi mais próximo do risco de pobreza das pessoas desempregadas.

Figura 2. Taxa de risco de pobreza segundo a condição perante o trabalho, Portugal e NUTS I, 2022



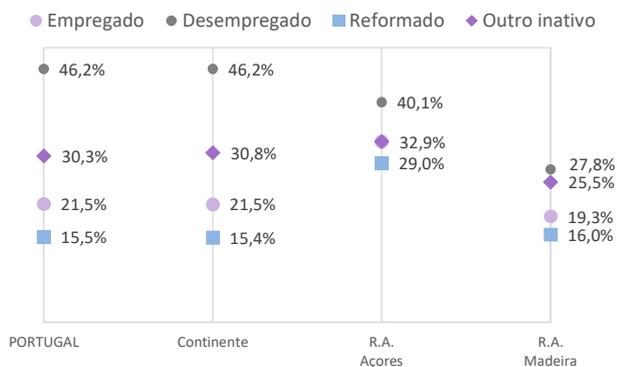
Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2023.

A taxa de intensidade da pobreza permite avaliar em que medida o rendimento monetário disponível mediano dos pobres (pessoas que vivem em agregados com rendimentos monetários líquidos anuais por adulto equivalente inferiores ao limiar de pobreza) se aproxima ou afasta do limiar de pobreza, constituindo um indicador da insuficiência de recursos da população em risco de pobreza.

Comparando com a população empregada, observa-se que a intensidade da pobreza foi menor entre a população reformada e maior entre a população desempregada nas três regiões NUTS I (Figura 3). A diferença de intensidade da pobreza em função da condição perante o trabalho é menor nas duas Regiões Autónomas quando comparadas com o registo continental, mas com taxas de intensidade da pobreza mais elevadas na Região Autónoma dos Açores.

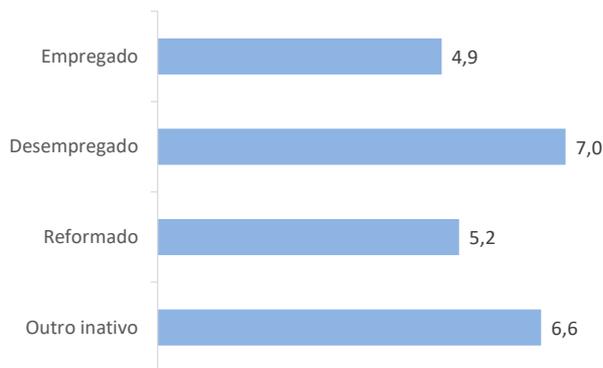
Numa perspetiva complementar, o indicador S80/S20 (definido como o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 20% de menores rendimentos, Figura 4) revela maior desigualdade na distribuição do rendimento entre a população desempregada. A Figura 4 evidencia, ainda, rácios de desigualdade semelhantes entre os empregados e os reformados, enquanto a desigualdade entre os restantes inativos tende a aproximar-se da disparidade de rendimento da população desempregada.

Figura 3. Taxa de intensidade da pobreza, Portugal e NUTS I, 2022



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2023.

Figura 4. Indicador S80/S20, segundo a condição perante o trabalho, Portugal, 2022

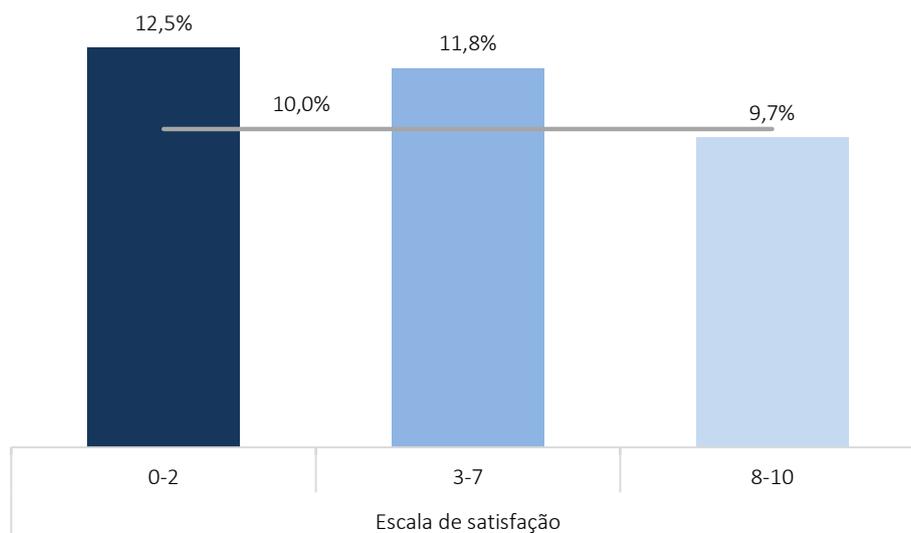


Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2023.

Menor risco de pobreza entre as pessoas empregadas no setor público e as muito satisfeitas com o emprego

Os resultados do ICOR de 2023 permitem a análise de um conjunto de variáveis relativas à opinião/sentimento do próprio sobre o seu grau de satisfação com a vida em geral e com alguns outros aspetos específicos, nomeadamente o emprego. É esta última variável que releva para a análise que aqui desenvolve.

Figura 5. Taxa de risco de pobreza da população empregada segundo o grau de satisfação com o emprego, Portugal, 2022



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2023.



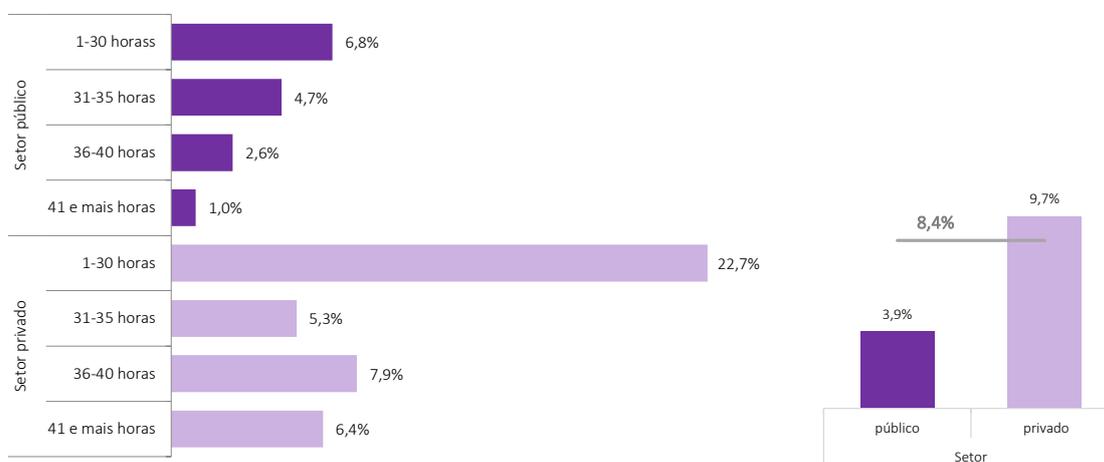
Os dados apresentados na Figura 5 sugerem que o aumento do grau de satisfação com o emprego está associado à redução do risco de pobreza: a taxa de pobreza entre os indivíduos nada ou pouco satisfeitos com o trabalho (12,5%) foi superior à taxa de pobreza entre os indivíduos muito ou totalmente satisfeitos (9,7%).

Entre os trabalhadores por conta de outrem, a pobreza afetou menos os indivíduos empregados no setor público: 3,9% contra 9,7%, no setor privado (Figura 6).

A incidência da pobreza em função do número de horas semanais de trabalho reportadas pelos trabalhadores por conta de outrem também difere do setor público para o setor privado. No setor público, a taxa de risco de pobreza diminui à medida que aumenta a duração semanal de trabalho, estando a classe correspondente ao maior número de indivíduos – 31 a 35 horas semanais – associada a um risco de pobreza de 4,7%.

No setor privado, a relação não é tão clara, destacando-se a maior incidência da pobreza entre os indivíduos que trabalham menos de 30 horas semanais (maioritariamente em situações de trabalho parcial). A duração semanal de trabalho que corresponde ao maior número de efetivos – entre as 36 e as 40 horas semanais – está associada a uma taxa de risco de pobreza de 7,9%.

Figura 6. Taxa de risco de pobreza dos trabalhadores por conta de outrem segundo o setor de atividade e o número de horas de trabalho por semana, Portugal, 2022



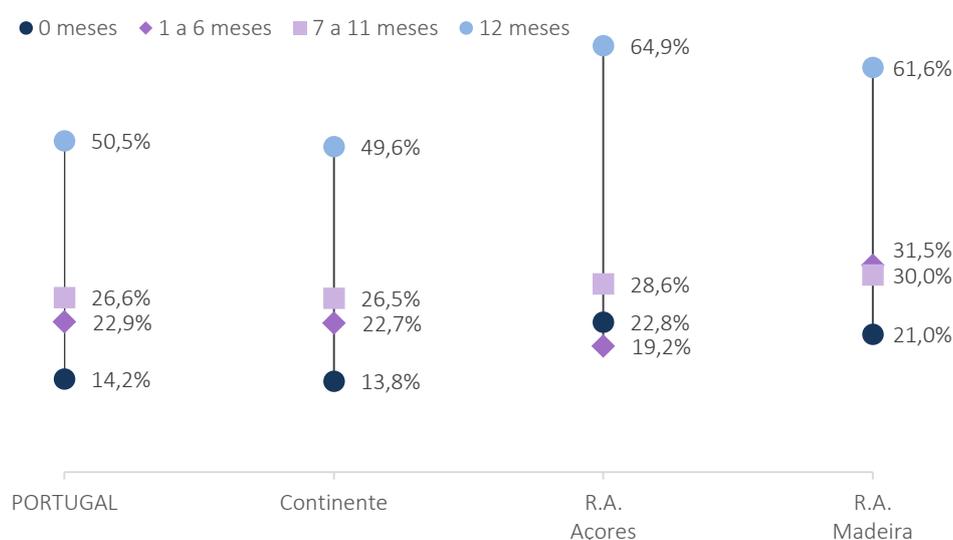
Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2023.

Os dados sugerem uma relação positiva entre a duração do desemprego e a pobreza

Os resultados do inquérito permitem calcular a taxa de risco de pobreza em função da duração do desemprego (cuja identificação resulta da resposta do próprio indivíduo) durante o ano de observação.

A Figura 7 mostra uma relação positiva entre a duração do desemprego ao longo de 2022 e a taxa de risco de pobreza no mesmo ano, ainda que se verifiquem especificidades regionais, em particular com as Regiões Autónomas a exibirem uma relação não tão clara.

Figura 7. Taxa de risco de pobreza segundo a duração do desemprego no ano (entre 0 e 12 meses), Portugal e NUTS I, 2022



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2023.

A taxa de risco de pobreza ou exclusão social foi particularmente elevada entre a população desempregada, quintuplicando a registada para a população empregada

Para além do rendimento, existem outras condições que podem potenciar o risco de exclusão social de uma família, nomeadamente a privação material e social e o grau de participação dos seus membros no mercado de trabalho, que, conjugadas com o rendimento determinam a taxa de pobreza ou exclusão social³. A informação apresentada no Quadro 1 reforça a observação de que a situação de desempregado afeta significativamente as condições de vida da população. À taxa de risco de pobreza mais elevada, junta-se uma taxa de privação material e social severa maior do que a observada para as restantes condições perante o trabalho. Como esperado, a intensidade laboral per capita muito reduzida estava concentrada na população desempregada.

Numa perspetiva de síntese, a taxa de risco de pobreza ou exclusão social foi particularmente elevada entre a população desempregada, quintuplicando a registada para a população desempregada. Aos indivíduos reformados estava associada uma taxa de risco de pobreza ou exclusão social mais próxima da correspondente à

³ Ver seção de Conceitos no final do destaque para uma definição destes indicadores.



população empregada, enquanto, à luz deste indicador, as condições de vida dos indivíduos noutra situação de inatividade estavam mais próximas das da população desempregada.

Quadro 1. Taxa de risco de pobreza ou exclusão social (Europa 2030) segundo a condição perante o trabalho, Portugal, 2023

	Empregado	Desempregado	Reformado	Outro inativo
Taxa de risco de pobreza	10,0%	46,7%	15,4%	31,2%
Taxa de privação material e social severa	2,1%	16,3%	6,2%	8,5%
Intensidade laboral per capita muito reduzida	0,3%	59,0%	0,0%	17,9%
Taxa de risco de pobreza ou exclusão social	11,3%	59,2%	18,6%	38,6%

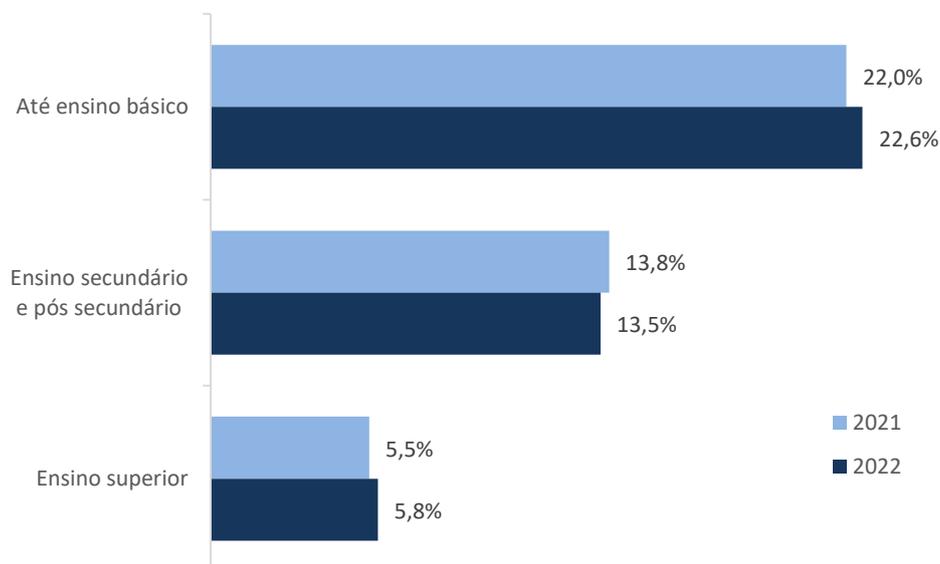
Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2023.

Risco de pobreza na população com escolaridade inferior ao ensino secundário quatro vezes superior ao da população com ensino superior

Os resultados do inquérito permitem fazer uma análise da incidência da pobreza para a população com 18 e mais anos por nível de escolaridade.

Os resultados de 2022 revelam o contributo importante da educação para a redução do risco de pobreza: enquanto 22,6% da população que, no máximo, apenas tinha concluído o ensino básico era pobre, o risco de pobreza descia para 13,5% da população que tinha terminado o ensino secundário ou pós-secundário e para 5,8% da população que tinha concluído o ensino superior (Figura 8). Em relação ao ano anterior, destaca-se o aumento da taxa de pobreza das pessoas que concluíram, no máximo, o ensino básico (mais 0,6 p.p.).

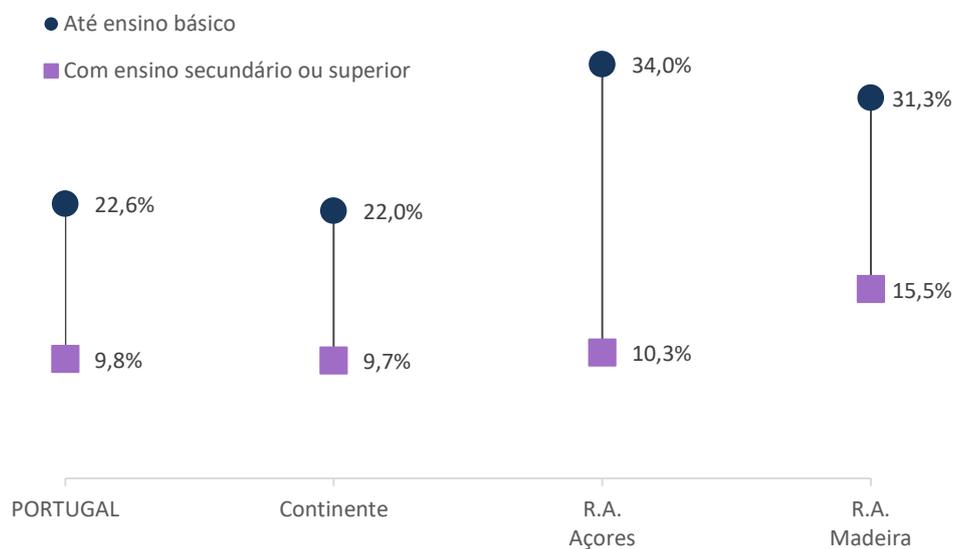
Figura 8. Taxa de risco de pobreza segundo o nível de escolaridade completo, Portugal, 2021-2022



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2022-2023.

A relação inversa entre a escolaridade e a pobreza é extensível às regiões NUTS I do país, sendo mais evidente nas Regiões Autónomas e, em particular, na Região Autónoma dos Açores (Figura 9). Nesta região, mais de um terço dos indivíduos com escolaridade correspondente, no máximo, ao ensino básico encontrava-se, em 2022, em risco de pobreza. Era também na Região Autónoma dos Açores que a diferença da incidência da pobreza entre não ter ou ter um nível de escolaridade acima do ensino básico era maior: 34,0% e 10,3%, respetivamente.

Figura 9. Taxa de risco de pobreza segundo o nível de escolaridade completo, Portugal e NUTS I, 2022

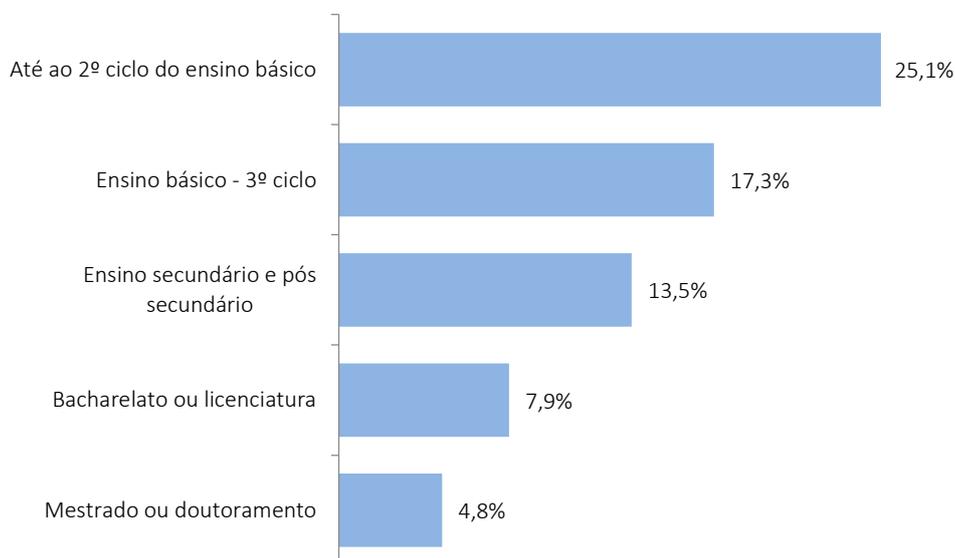


Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2023.

A Figura 10 detalha, para Portugal, os níveis de escolaridade, mostrando que o risco de pobreza da população que concluiu o mestrado ou o doutoramento (4,8%) foi, em 2022, cinco vezes o da população que, no máximo, concluiu o ensino básico (25,1%).



Figura 10. Taxa de risco de pobreza segundo o nível de escolaridade completo, Portugal, 2022

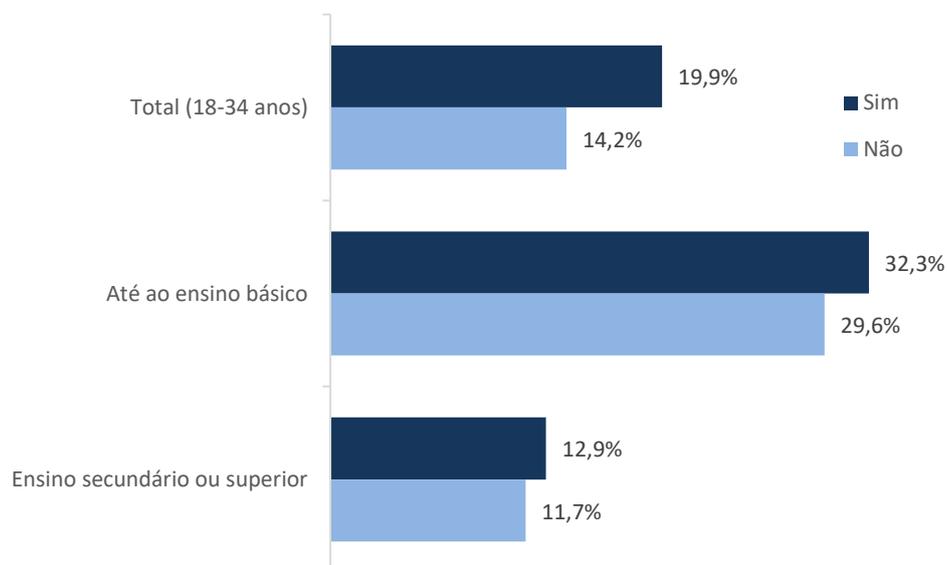


Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2023.

Considerando o grupo etário dos 18 aos 34 anos, o inquérito disponibiliza informação sobre a interrupção ou abandono de um nível de estudos formal, contabilizando os indivíduos que, por uma ou mais vezes, não concluíram o nível de estudos que estavam a frequentar e os indivíduos que nunca interromperam ou abandonaram os estudos.

A Figura 11 revela que a interrupção escolar, pelo menos uma vez na vida, de um nível de estudos formal está associada a taxas de risco de pobreza mais elevadas, particularmente para pessoas com menos qualificações, sobretudo para as que completaram, no máximo, o ensino básico.

Figura 11. Taxa de risco de pobreza da população dos 18 aos 34 anos, segundo o nível de escolaridade completo e a interrupção ou abandono (sim/não), pelo menos uma vez na vida, de um nível de estudos formal, Portugal, 2022



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2023.

Menor risco de pobreza ou exclusão social para níveis de escolaridade mais elevados

O Quadro 2 complementa os dados relativos à taxa de risco de pobreza por nível de escolaridade com informação sobre a taxa de privação material e social severa e a intensidade laboral per capita muito reduzida. A combinação dos três indicadores determina a taxa de risco de pobreza ou exclusão social, o que permite uma leitura mais completa das condições de vida da população. Os resultados reforçam a importância da escolaridade na melhoria das condições de vida dos indivíduos, com a população desempregada a apresentar valores superiores nos três indicadores.



Quadro 2. Taxa de risco de pobreza ou exclusão social (Europa 2030) segundo o nível de escolaridade completo, Portugal, 2023

	Até ensino básico	Ensino secundário e pós secundário	Com ensino secundário ou superior
Taxa de risco de pobreza	22,6%	13,5%	5,8%
Taxa de privação material e social severa	8,0%	2,6%	0,5%
Intensidade laboral per capita muito reduzida	6,0%	4,0%	1,7%
Taxa de risco de pobreza ou exclusão social	27,0%	16,4%	7,1%

Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2023.

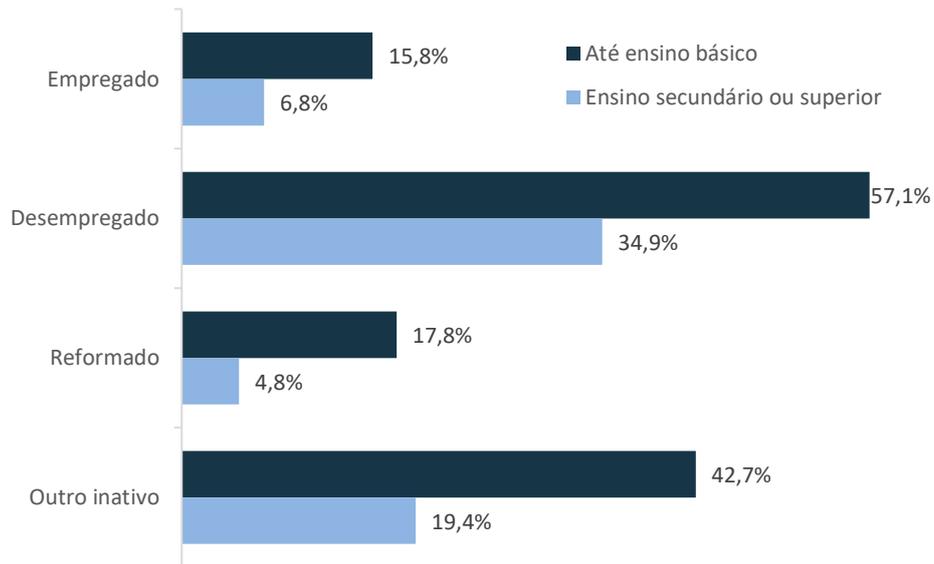
Taxa de pobreza menor para níveis de qualificação superiores independentemente da condição perante o trabalho

A conjugação da leitura da condição perante o trabalho e da escolaridade sustenta a relevância da educação para a redução do risco de pobreza (Figura 12). Qualquer que seja a condição perante o trabalho, a taxa de pobreza é menor para níveis de qualificação superiores. Os dados salientam, mais uma vez, que o risco de pobreza na população reformada se aproxima da taxa de pobreza da população empregada. No caso da população mais escolarizada, a taxa de pobreza é menor para os indivíduos reformados do que para os indivíduos empregados.

De acordo com os resultados, é nas condições de desempregado e de outra inatividade que se evidenciaram as maiores diferenças na taxa de risco de pobreza entre níveis de escolaridade, com as pessoas com menos qualificações a terem uma probabilidade particularmente elevada de caírem numa situação de pobreza.



Figura 12. Taxa de risco de pobreza segundo a condição perante o trabalho e o nível de escolaridade completo, Portugal, 2022



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2023.



NOTA METODOLÓGICA

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias (EU-SILC) é realizado em Portugal desde 2004, até 2020 no quadro de legislação comunitária específica (Regulamento nº 1177/2003), que estabelecia um sistema comunitário harmonizado de produção de estatísticas sobre a pobreza, privação e exclusão social. A partir de 2021, o inquérito é realizado de acordo com regulamentação europeia específica e em conformidade com o Regulamento (UE) 2019/1700 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de outubro de 2019. De acordo com a nova regulamentação, o ICOR é atualmente constituído por um conjunto de dados que são recolhidos anualmente, e por um sistema que conjuga módulos que recolhem informação complementar pré-definida com periodicidade regular, e módulos ad hoc sobre novas necessidades de informação. Os resultados apresentados neste destaque incluem dados da componente anual e do módulo sobre “Mercado de trabalho e habitação” realizado em 2023 (a repetir a cada 3 anos). A realização do módulo do ICOR sobre “Mercado de trabalho e habitação” em 2023 foi cofinanciada pela União Europeia.

A realização do inquérito visa a obtenção de resultados para o conjunto de todos os indivíduos que no período de referência residem no território nacional, com desagregação ao nível NUTS II a partir de 2018. Para o rendimento, este período de referência corresponde ao ano anterior àquele em que são realizadas as entrevistas.

Em 2023, a informação foi recolhida através de entrevistas presenciais assistidas por computador (CAPI, ou *Computer Assisted Personal Interviewing* em inglês) e de entrevistas telefónicas (CATI, o *Computer Assisted Telephone Interviewing* em inglês), entre abril e julho. O questionário incorpora perguntas sobre o agregado familiar e também sobre as características pessoais de cada membro, em particular sobre os rendimentos de todos os membros com 16 ou mais anos. Em 2023, o inquérito dirigiu-se a 17 444 famílias, das quais 14 209 com resposta completa (com recolha de dados sobre 33 639 pessoas; 29 963 com 16 e mais anos; 29 220 com 18 e mais anos). **Para efeitos desta informação à comunicação social, a população de referência é constituída pelos indivíduos com 18 ou mais anos e respetivos rendimentos de 2022.**

Os indicadores relativos à pobreza e desigualdade económica foram construídos com base no rendimento monetário anual líquido das famílias no ano anterior ao da realização do inquérito (2022). Os dados sobre privação material e social respeitam ao ano de realização inquérito (2023).

Para informação mais detalhada sobre as opções metodológicas e os conceitos utilizados, deve ver-se o [Destaque – informação à comunicação social de 27 de novembro de 2023](#) que divulgou os primeiros resultados do ICOR 2023.



CONCEITOS

Escala de equivalência modificada da OCDE: esta escala atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro de cada agregado. A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados.

Intensidade laboral per capita muito reduzida (Europa 2030): consideram-se em intensidade laboral per capita muito reduzida todos os indivíduos com menos de 65 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que a população adulta dos 18 aos 64 anos referiu ter trabalhado, em média, menos de 20% do tempo de trabalho possível (excluem-se os estudantes dos 18 aos 24 anos; os reformados e/ou pensionistas de velhice ou invalidez; e as pessoas inativas com 60-64 anos e que vivem em agregados cuja principal fonte de rendimento são pensões).

Linha de pobreza: limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país.

Nível de escolaridade completo: Nível de escolaridade mais elevado que foi concluído com êxito, ou para o qual se obteve equivalência, e que confere um certificado ou um diploma.

População em risco de pobreza ou exclusão social (Europa 2030): indivíduos em risco de pobreza ou vivendo em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida ou em situação de privação material e social severa.

Rácio S80/S20: indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, definido como o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 20% de menores rendimentos.

Rendimento equivalente: resultado obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de “adultos equivalentes”, utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE. Nota: “Adultos equivalentes” é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE.

Rendimento monetário líquido: rendimento monetário obtido pelos agregados e por cada um dos seus membros, proveniente do trabalho (trabalho por conta de outrem e por conta própria), de outros rendimentos privados (rendimentos de capital, propriedade e transferências privadas), das pensões e outras transferências sociais, após dedução dos impostos devidos e das contribuições para a segurança social.

Taxa de intensidade da pobreza (*Relative at risk of poverty gap*): quociente entre a diferença do limiar de pobreza e o rendimento mediano dos indivíduos em risco de pobreza relativamente ao limiar de pobreza, em percentagem.

Taxa de privação material e social: proporção da população em que se verificam pelo menos cinco das seguintes treze dificuldades:

– **Dificuldades recolhidas ao nível da família**

- a) Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo);



- b) Sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado;
 - c) Atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal;
 - d) Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias;
 - e) Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida;
 - f) Sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas;
 - g) Sem possibilidade de substituição do mobiliário usado;
- **Dificuldades recolhidas ao nível dos indivíduos com 16 ou mais anos**
- h) Sem possibilidade de substituição de roupa usada por alguma roupa nova (excluindo a roupa em segunda mão);
 - i) Sem possibilidade de ter dois pares de sapatos de tamanho adequado (incluindo um par de sapatos para todas as condições meteorológicas);
 - j) Sem possibilidade para gastar semanalmente uma pequena quantia de dinheiro consigo próprio;
 - k) Sem possibilidade de participação regular numa atividade de lazer;
 - l) Sem possibilidade de encontro com amigos/familiares para uma bebida/refeição pelo menos uma vez por mês;
 - m) Sem possibilidade para ter acesso à internet para uso pessoal em casa.

No caso dos itens de privação material e social, e dos indicadores globais de privação, a situação familiar é replicada para todos os seus membros, independentemente da idade. No caso dos itens de privação recolhidos ao nível individual, as crianças com menos de 16 anos são consideradas em privação se pelo menos metade dos indivíduos com 16 ou anos do agregado em que vivem referiram estar em privação.

Taxa de privação material e social severa: proporção da população em que se verificam pelo menos sete das treze dificuldades descritas em Taxa de privação material e social.

Taxa de risco de pobreza: proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.